

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

INSTITUTO DE PREVDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE
PARANAIBA – PREVIM

Exercício de 2021

Conselho Administrativo do PREVIM

Marcelo Alves de Freitas – Diretor Executivo

Robson Jesus da Silva – Diretora Financeiro

Geny Maria Vieira das Graças – Diretora Secretária de Benefícios

Área Contábil

Rogério Luiz de Paulo – Contador

1.0 Apresentação - Contexto Operacional

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba - PREVIM localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, Autarquia Municipal, Administração Indireta, órgão público do Poder Executivo Municipal, instituído através da Lei Complementar nº 011 de 04/12/2001, que cria o RPPS de Paranaíba/MS.

As demonstrações contábeis foram elaboradas levando em consideração a Lei nº. 4320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada Ao Setor Público (MCASP) 9ª Edição, Princípios Contábeis e outras normas específicas vigentes. Os registros contábeis atendem às obrigatoriedades exigíveis até 31/12/2018 do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais instituídos pela Portaria nº. 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional.

2.0 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 5ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O Balanço Orçamentário é composto por:

Quadro Principal: Onde são apresentadas as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas e despesas são apresentadas conforme a classificação por natureza.

Conforme poderá ser verificado no exercício em pauta, houve um Superávit Orçamentário de R\$ 5.055.140,75, conforme sintetizado no quadro abaixo.

Receita Orçamentária	22.392.210,25
Despesa Orçamentária	17.337.069,50
Superávit	5.055.140,75

O orçamento manteve o mesmo valor inicialmente previsto de R\$ 20.167.500,00, pois fora anulado no fundo o de R\$ 1.877.000,00 e suplementado de R\$ 1.877.000,00, alterações que se encontram devidamente demonstradas nos anexos do Balanço.

Decreto	Superávit	Excesso	Suplementação	Anulação
887/21		-	1.877.000,00	1.877.000,00
Soma	0,00	0,0	1.877.000,00	1.877.000,00

2.2 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

O Balanço Financeiro é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classes 1 (ativo) e 2 (passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, bem como para o saldo em espécie do exercício anterior e o saldo em espécie a transferir para o exercício seguinte;
- Classes 4 (variações patrimoniais aumentativas) e 3 (variações patrimoniais diminutivas) para as transferências financeiras recebidas e concedidas, respectivamente;
- Classe 5 para o preenchimento dos restos a pagar inscritos no exercício, conforme parágrafo único do artigo 103 da Lei n.º 4.320/1964; e
- Classe 6 para o preenchimento das informações de execução da receita e despesa orçamentária.

Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

O detalhamento das vinculações é feito de acordo com as principais áreas de atuação do setor público.

O quadro abaixo demonstra de forma sintetizada a posição em 31/12/2021.

RECEITA	
Receita Orçamentária (I)	22.392.210,25
Transferências Financeiras Recebidas (II)	0,0
Recebimentos Extraorçamentários (III)	22.518.061,68
Saldo do Exercício Anterior (IV)	19.572.657,48
Total (V) = (I+II+III+IV)	64.482.929,41
DESPESAS	
Despesa Orçamentária (VI)	17.337.069,50
Transf. Financeiras Concedidas (VII)	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	45.814.287,69
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.331.572,22
Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)	64.482.929,41

2.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal: Conforme o MCASP, o QUADRO PRINCIPAL do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido) do PCASP.
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes: os ativos e passivos financeiros e permanentes e o saldo patrimonial são apresentados pelos seus valores totais.
- Quadro das Contas de Compensação: elaborado utilizando-se a classe 8 (controles credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

O Balanço Patrimonial se divide em Contas Ativas e Passivas

ATIVO

O Ativo faz parte das *Contas Patrimoniais* e compreende o conjunto de Bens e Direitos da organização (entidade, empresa), possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro (proporcionando ganho para a empresa).

É a parte positiva da posição patrimonial e identifica onde os recursos foram aplicados. Representa os benefícios presentes e futuros para a empresa.

Ativo Circulante: Os valores registrados nesta conta representam o Ativo e faz parte das *Contas Patrimoniais* e agrupa dinheiro e tudo o que será transformado em dinheiro rapidamente. São contas que estão constantemente em giro, movimento, circulação.

Neste grupo são registrados os bens e direitos do município que consegue realizar (transformar) em dinheiro até o final do exercício seguinte, ou seja, no **curto prazo**.

Ativo Não Circulante: Os valores nesta conta representam o Ativo e faz parte das *Contas Patrimoniais* nela são registrados os direitos que serão realizados (transformados

em dinheiro) após o final do exercício seguinte (**longo prazo**), no caso do Balanço em pauta a mesma registra os valores da dívida ativa do Município.

Ativo	
ATIVO CIRCULANTE	26.593.930,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.331.572,22
CONTA ÚNICA RPPS	1.331.572,22
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.759.311,03
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	22.503.047,55
ATIVO NÃO CIRCULANTE	32.512.050,27
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	31.888.861,83
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS DO RPPS	31.888.861,83
IMOBILIZADO	623.188,44
TOTAL	59.105.981,07

PASSIVO

O passivo corresponde ao saldo das [obrigações](#) devidas, o passivo é a coluna da direita num [Balanço Patrimonial](#). Um exemplo de passivo seria uma conta a pagar.

Passivo Circulante: Neste grupo são escrituradas as obrigações da entidade, no caso do Balanço em tela foram registradas as obrigações contraídas com fornecedores (restos a Pagar) e consignações.

Passivo Não Circulante: Neste grupo são escrituradas as obrigações da entidade, que vencem após o exercício seguinte,

Patrimônio Líquido: A *Situação Patrimonial Líquida* também faz parte do **PASSIVO** (obrigações), e representa aquilo que, de fato, a pessoa tem. Isto é, sua **riqueza efetiva**, o que lhe sobra depois de pagar todas as suas dívidas.

Os recursos do Fundo, estão depositados nas contas do mesmo e devidamente aplicados, sendo evidenciada a disponibilidade financeira, como direito, na unidade gestora.

Passivo	
PASSIVO CIRCULANTE	1.307.905,50
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	1.303.033,69
PESSOAL A PAGAR	37.588,89
PESSOAL A PAGAR	37.588,89
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	1.263.417,63
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	1.263.417,63
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	2.027,17
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS A PAGAR	2.027,17
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	476,31
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	476,31
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.395,50
CONSIGNAÇÕES	4.395,50
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	49.627.541,79
PROVISÕES A LONGO PRAZO	49.627.541,79
TOTAL DO PASSIVO	50.935.447,29
Resultados Acumulados	8.170.533,78
Resultado do Exercício	35.723.952,28
Resultado de Exercício Anteriores	- 27.586.910,96
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	33.492,46*
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.170.533,78
TOTAL	59.105.981,07

* Referente a Cancelamento de Provisões de férias do exercício anterior provisionada indevidamente.

Provisões de férias - 11/2020								
Servidor	Base de Calculo	Admissão	Férias vencidas	Férias prop.	Vlr Férias	1/3 Const.	Abono	Total
Antonio Tiago Machado	5.136,80	01/05/2020		7	2.996,47	998,82	-	3.995,29
Bruna Alves de Souza Lima	4.135,16	25/09/2019		12	4.135,16	1.378,39	-	5.513,55
Bruna Alves de Souza Lima	4.135,16	25/09/2019		2	689,19	229,73	-	918,92
Cintia Queiroz de Souza	1.285,35	10/04/2017		8	856,90	285,63	-	1.142,53
Eduarda de Freitas Garcia Chaves	1.388,43	22/09/2016		6	694,22	231,41	-	925,62
José Uisley Araújo	2.996,45	17/10/2016		12	2.996,45	998,82	-	3.995,27
José Uisley Araújo	2.996,45	17/10/2016		1	249,70	83,23	-	332,94
Rogério Luiz de Paulo	5.357,68	07/11/2016		12	5.357,68	1.785,89	-	7.143,57
Vanila Garcia Belo	5.357,68	01/08/2016		12	5.357,68	1.785,89	-	7.143,57
Vanila Garcia Belo	5.357,68	01/08/2016		4	1.785,89	595,30	-	2.381,19
Total da provisão								33.492,46

O Ativo Real Líquido é a diferença entre os valores do ativo (+) e do passivo (-) do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Paranaíba - PREVIM em 31/12/2021, apresenta o valor de R\$ 8.170.533,78 (oito milhões cento e setenta mil quinhentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos)

2.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais foi elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio da entidade ou do ente seguindo o modelo instituído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 6ª edição.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício.

O Instituto adquiriu não no exercício de Bens Móveis.

Variações Patrimoniais Aumentativas		
CONTRIBUIÇÕES		27.432.589,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		27.432.589,60
VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		1.608.547,94
JUROS E ENCARGOS DE MORA		45.705,15
OUTRAS VARIAÇÕES PAT. AUM. FINANCIERAS		1.562.842,79
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		26.456.629,93
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS		26.306.075,62
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		150.554,31*
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas		55.497.767,47
Variações Patrimoniais Diminutiva		
PESSOAL E ENCARGOS		632.770,33
REMUNERAÇÃO A PESSOAL		557.653,87
31.90.11 Vencimentos e Vantagens		463.778,71
31.90.91 Sentença Judicial		93.875,16
ENCARGOS PATRONAIS		71.578,50
31.90.13 Obrigações Patronais		71.578,50
BENEFÍCIOS A PESSOAL		3.537,96
31.90.91 Sentença Judicial		3.537,96
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		16.449.346,26
APOSENTADORIAS E REFORMAS		14.949.719,13
31.90.01 Aposentadorias Custeadas P/ RRPS		14.949.719,13
PENSÕES		1.499.627,13
31.90.03 PENSÕES		1.499.627,13
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		269.249,06
Uso de Material de Consumo		7.398,56
339030	7.398,56	
Serviços		194.228,82
339014	41.631,90	
339033	7.940,20	
339035	39.962,02	
339039	97.694,70	
339039 Restos a Pagar	7.000,00	
Depreciação, Amortização e Exaustão		67.621,68
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		2.271,50

TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS		2.271,50
33.50.41	2.271,50	
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E I. DE PASSIV		2.369.623,88
	2.369.623,88	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		50.554,16
339098	50.554,16	
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas		19.773.815,19
Resultado Patrimonial do Período		35.723.952,28

* compensação previdência entres os regimes RGPS/RPPS no valor de 141.106,18, e 9.448,13 referente outras restituições.

A unidade gestora apresentou um superávit financeiro no exercício de R\$ 35.723.952,28 (trinta e cinco milhões setecentos e vinte e três mil novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos)

2.5 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ingressos	37.727.730,77
Receita de Contribuições	22.195.370,12
Remuneração das Disponibilidades	46.285,95
Remuneração das Disponibilidades	46.285,95
Outras Transferências Financeiras	150.554,18
Outras Transferências Financeiras	150.554,18
Outros ingressos operacionais	15.335.520,52
Desembolsos	55.968.816,03
Pessoal e demais despesas	17.278.072,79
Transferências concedidas	2.271,50
Transferências das Instituições	2.271,50
Outros desembolsos operacionais	38.688.471,74
<u>Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais(I)</u>	- 18.241.085,26
<u>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA(I+II+III)</u>	- 18.241.085,26
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	19.572.657,48
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	1.331.572,22

Baixa das contas investimento conforme IPC

3.0 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e o MCASP e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

O escopo das demonstrações contábeis é no nível isolada composta apenas pelo órgão da Administração Indireta, conforme evidenciado no Contexto Operacional.

3.1 Resumo das Principais Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados, tendo em consideração as premissas das NBCT SP e do MCASP.

- **Moeda Funcional** - A moeda funcional utilizada para o reconhecimento, mensuração e a evidenciação das Demonstrações Contábeis é o Real.
- **Caixa e Equivalentes de Caixa** - Incluem dinheiro em caixa, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo** - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da entidade. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

- Depósitos Restituíveis - são os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos do período.

- Créditos a Curto Prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) transferências concedidas;
- (v) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (vi) adiantamentos; e
- (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

- Estoques – Compreendem os materiais em almoxarifado para suprimento das atividades da entidade e para a prestação de serviços, e caso tiver mercadorias para venda, os produtos acabados e os em elaboração e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses materiais são avaliados pelo valor de custo, ou seja, de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o art. 85 da lei 4.320/64. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado).

HISTÓRICO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO 2021		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
ALMOXARIFADO (MATERIAL DE USO E CONSUMO)	0,00	7.398,56	7.398,56	0,00
TOTAL	0,00	7.398,56	7.398,56	0,00

- Ativo Realizável a Longo Prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- (i) créditos tributários;
- (ii) créditos não tributários;
- (iii) dívida ativa;
- (iv) empréstimos e financiamentos concedidos;
- (v) investimentos temporários; e
- (vi) estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de custo e nas saídas

pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

- Ajuste para Perdas da Dívida Ativa – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi a média do histórico de recebimentos nos últimos 03 anos.

- Investimentos – São compostos por:

- (i) participações permanentes;
- (ii) propriedades para investimento; e
- (iii) demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos ou em fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados na prestação de serviços e que não serão vendidos em curto prazo.

Estes bens podem ser avaliados por dois critérios para a mensuração:

- (i) valor justo (valor de mercado); e
- (ii) custo depreciado.

Os demais investimentos são mensurados e avaliados pelo valor de custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

- Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas.

HISTÓRICO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R\$	MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO 2021			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
		INSCRIÇÃO	INCORP.	Depreciação	BAIXA	R\$
BENS MÓVEIS	108.930,55	0,00	0,00	211.194,61	0,00	108.930,55
BENS IMÓVEIS	620.121,55	0,00	0,00	0,00	0,00	725.452,50
TOTAL	725.452,50	0,00	0,00	0,00	0,00	623.188,44

- Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou de produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada

(quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

- Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis e imóveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data do bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. A taxa de depreciação e o valor residual utilizados foram utilizados de acordo com o prazo de vida útil dos bens.

- Reavaliação e a Redução ao Valor Recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

- Passivos Circulantes e não Circulantes As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e juros ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- (ii) empréstimos e financiamentos;
- (iii) fornecedores e contas a pagar;
- (iv) obrigações fiscais;
- (v) provisões; e
- (vi) demais obrigações.

- Empréstimos e Financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras contratuais, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. São avaliados e mensurados pelo valor de custo acrescidos das atualizações monetárias e juros incorridos até a data das demonstrações contábeis.

- Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias:

- (i) riscos trabalhistas;
- (ii) riscos fiscais;
- (iii) riscos cíveis;
- (iv) repartição de créditos tributários;
- (v) provisões matemáticas; e
- (vi) outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

- Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a encargos de férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego relacionados com aposentadoria e pensões são também reconhecidos pelo regime de competência.
- Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.
- Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:
 - i. Na Demonstração das Variações Patrimoniais é apurado o Resultado Patrimonial, confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial caso contrário será Déficit Patrimonial.
 - ii. No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada, se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário será Déficit Orçamentário
 - iii. No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa menos o Saldo Anterior, se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este se superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

3.2 Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP. No quadro abaixo é apresentado os procedimentos e os prazos aplicáveis com a situação de implantação de cada procedimento, a saber: implantado, em andamento, não iniciado.

Quadro Resumo dos prazos do PIPCP (Municípios com menos de 50 mil habitantes)		
PCP's em ordem cronológica	Prazo	Situação
4. Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.	Imediato	Implantado
12. Provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares	Imediato	Implantado
13. Obrigações com fornecedores por competência.	2016	Implantado
3. Demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas	2019	Implantado
11. Obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).	2019	Implantado

5. Provisões por competência.	2021	Implantado
6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	2021	Não iniciado
7. Bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura)	2021	Implantado
10. Obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	2021	Implantado
17. Investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável	2021	Não iniciado
1. Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	2022	Não iniciado
2. Créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas	2022	Implantado
15. Softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	2022	Não iniciado
18. Estoques.	2023	Implantado
8. Bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	2024	Não iniciado
9. Bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	2024	Não iniciado
14. Demais obrigações por competência.	não definido	não definido
16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortização e redução a valor recuperável	não definido	não definido
19. Demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.	não definido	não definido

3.3 Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis:

A IPC - 14 padronizou os procedimentos contábeis dos RPPS quanto das movimentações dos investimentos financeiros, e que no mês de janeiro de 2019 o Tribunal de Contas – MS exigiu que fossem cumpridos os requisitos da IPC.

Dessa forma, o RPPS adotou os procedimentos da IPC sendo que houve impactos significativos na receita orçamentária, haja visto que o reconhecimento da receita se perfaz apenas no momento dos resgates caso haja ganhos.

3.4 Declaração de Conformidade

Declaro que as informações evidenciadas nas Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a lei 4.320/64, a lei complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e refletem nos seus aspectos mais relevantes a situação patrimonial, orçamentária e financeira em 31/12/2021, exceto no tocante as ressalvas abaixo:

3.4.1 Ressalvas: O saldo das contas bancárias correntes e investimentos em 31 de dezembro de 2021 somam R\$ 23.834.619,77, compostos da seguinte forma:

Saldo nos extratos bancários

Tipo	Banco	Agencia	Conta	Saldo
Conta corrente	C. E. F.	0987-3	158-5	1.195.134,62
Conta corrente	B.B..	0484-7	9096-4	95.801,06
Conta corrente	B.B..	0484-7	39.101-8	40.636,54
Total conta corrente				1.331.572,22
Conta investimentos	Interior SP			203.087,85
Conta investimentos – IRF-M	SICREDI	0914-4	75755-1	1.482.577,98
Conta investimentos - IMA B5+	C. E. F.	0484-7	158-5	3.239.690,39
Conta investimentos - IRF M1	C. E. F.	0484-7	158-5	2.468.737,13
Conta investimentos – IRF-M RF	C. E. F.	0484-7	158-5	1.302.700,92
Conta investimentos - Alloc	B.B.	0484-7	9096-4	2.505.837,63
Conta investimentos - IPCA	B.B.	0484-7	9096-4	1.674.448,35
Conta investimentos - IMAB 5+	B.B.	0484-7	9096-4	2.036.245,09
Conta investimentos – IMA B	B.B.	0484-7	9096-4	3.002.187,72
Conta investimentos – Ações Bolsas Amer.	B.B.	0484-7	9096-4	2.226.040,19
Conta investimentos – Ações Tecnologia	B.B.	0484-7	24092-3	344.331,75
Conta investimentos – Ações Energia	B.B.	0484-7	24092-3	431.287,32
Conta investimentos – Ações Small Caps.	B.B.	0484-7	24092-3	354.432,22
Conta investimentos – Ações Retorno Total	B.B.	0484-7	24092-3	392.664,42
Conta investimentos – Ações Consumo	B.B.	0484-7	24092-3	338.531,59
Conta investimentos – Ações Set. Financeiro	B.B.	0484-7	24092-3	265.397,08
Conta investimentos – Ações Contr. Civil	B.B.	0484-7	24092-3	234.849,89
Total conta investimentos				22.503.047,55

Saldos em conciliações bancárias e Demonstrativos Contábeis 23.834.619,77

Vale destacar que os valores considerados como saldo das aplicações era o saldo de 01/01/2021 pois o valores das contas investimento estão inscritas na contas do realizável conforme IPC.

4.0 Informação Complementar dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

4.1 Notas do Balanço

Nota 1

O instituto registas o montante de restos a Pagar de R\$ 1.315.405,50 (um milhão trezentos e quinze mil quatrocentos e cinco reais e cinquenta centavos) conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Saldo Anterior	Exc.	Inscrição	Baixa	Canc.	Saldo Exerc. Seguinte
Restos a Pagar Processado	1.247.284,79		1.303.510,00	1.247.284,79	0,00	1.303.510,00
Restos a Pagar não Processado	7.000,00		7.500,00	7.000,00	0,00	7.500,00
Consignação		58,09	3.389.497,06	3.385.159,65	0,00	4.395,50
Total	1.254.342,88		4.700.507,06	4.639.444,44	0,00	1.315.405,50

NOTA – SISTEMA OPERACIONAL

O software utilizado pela INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAÍBA - PREVIM é sistema da Fiorilli.

NOTA – PORTAL DE TRANSPARÊNCIA

Os demonstrativos contábeis referentes a prestação de contas do exercício de 2021 e de demais obrigações contidas na LRF estão disponibilizados no portal da transparência do instituto de Previdência de Paranaíba conforme link a seguir:

http://previm.ms.gov.br/portal_transparencia/index.html

Paranaíba-MS, 29 de março de 2023.

Rogério Luiz de Paulo
Contador
CRC nº MS-008021/O-0